

Comunicado 01/06



No passado dia 11 de Maio, a Associação de Praças da Armada juntamente com a família militar, esteve mais uma vez na linha da frente em nome dos seus Associados e da Classe em Geral, fazendo-se representar na vigília realizada por militares na reserva e na reforma e que se estendeu a todo o País em defesa da condição militar. Em 19 cidades de norte a sul de Portugal, com especial relevância para Lisboa junto à residência oficial do Primeiro-Ministro, no maior dos respeitos pelas instituições que já representaram, estiveram mobilizados várias centenas. Estes homens, corajosamente, foram militares que sempre lutaram em nome da Pátria e em nome dos valores morais que a sociedade e o Estado Português instituíram como justos e correctos. Mas agora infelizmente, que nem combatentes mercenários, vêem-se forçados a lutar em nome individual e por valores monetários, já que a subsistência das suas famílias está em risco.

Por sua vez e paralelamente a esta iniciativa, também cerca de 350 militares do activo, não se deixaram ficar de braços caídos e reuniram à porta fechada no Mercado da Ribeira em Lisboa, solidários com toda a família militar que se depara cada vez mais com dificuldades de toda a ordem e de orgulho e dignidade feridos. Outros mais poderiam ter estado presentes, não fora o ilegítimo condicionamento imposto pela tutela militar e ao qual alguns não conseguiram ficar alheios, uma irracionalidade fácil de prever. Todos os militares presentes deixaram bem claro nesta reunião que não admitem continuar a ser tratados como até aqui e que nesse sentido estão dispostos a conjuntamente com as Associações, irem até onde for necessário na defesa da nossa condição militar, mandatando assim as Associações para que estas desenvolvam novas acções e para que equacionem a possibilidade de participação nelas, de todos os militares no activo.

No decurso da Vigília, uma delegação de três elementos (em representação da APA, ANS e Comissão de Militares na Reserva e na Reforma) foi recebida pelo Assessor Militar do Primeiro-Ministro. Esta delegação fez questão de explanar ao Sr. General os problemas, os anseios e as dificuldades que muitos militares e suas famílias atravessam presentemente, bem como a curto prazo quais os quadros possíveis de agravamento da já precária e débil situação económica dos militares. Foram abordadas com especial relevância as questões da Saúde e da Aposentação, nomeadamente no âmbito da nova ADM e da abusiva interpretação que a CGA resolveu fazer das normas transitórias do Decreto-Lei 166/2005. A generalidade das questões não eram de toda novidade para o Sr. General, que embora não se comprometendo, lá foi reconhecendo o quão grave e insustentável se está a tornar a situação para a toda família militar e em especial para os que dependem de medicação imprescindível, chegando agora ao ponto de terem de decidir entre comprar a comida ou os medicamentos, por força de um Decreto criminoso que veio dar um novo sentido ao "...sacrifício da própria vida...".

Enfim, estávamos entre militares, falámos a mesma linguagem, objectivos, directos e transparentes, como seria de desejar que a tutela política e o governo fizesse.

E assim continuamos a desempenhar o nosso papel não abdicando de participar na construção do futuro. Os militares, melhor que ninguém, sabem dar valor às mudanças difíceis, pois quando feitas de forma articulada, coerente e implicando danos colaterais minimizados, estas produzem os efeitos desejados e deixam uma marca digna de assinalar.

Lisboa, 16 de Maio de 2006

O Presidente da Direcção,

Luís Reis